



A Creche Sempre em Flor-IPSS

Relatório de Contas Exercício de 2016

BALANÇO INDIVIDUAL
Dezembro 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		462 838,24	504 460,45
Bens do Património Histórico e Cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Outros activos financeiros		1 034,67	499,57
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membro			
		463 872,91	504 960,02
Ativo corrente:			
Inventários			
Clientes		6 000,75	6 945,71
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		1 406,87	798,42
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membro			
Outras contas a receber		327 325,80	308 400,80
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		48 487,29	42 836,15
Caixa e depósitos bancários		374 166,23	735 658,32
		757 386,94	1 094 639,40
Total do Ativo		1 221 259,85	1 599 599,42

Página 1 de 2

A Direcção

O Contabilista Certificado

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		3 913,55	3 913,55
Excedenes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		1 413 658,59	1 441 614,14
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		13 610,07	13 610,07
		1 431 182,21	1 459 137,76
Resultado líquido do período		(357 785,97)	(27 955,55)
Total dos Fundos Patrimoniais		1 073 396,24	1 431 182,21
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Provisões Especificas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		47 710,69	44 028,89
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Me			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar		100 152,92	124 388,32
Outros passivos financeiros			
		147 863,61	168 417,21
Total do passivo		147 863,61	168 417,21
Total dos Fundo Patrimoniais e do Passivo		1 221 259,85	1 599 599,42

Página 2 de 2

A Direcção

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		602 291,79	578 210,25
Subsídios, Doações e Legados à Exploração		314 489,04	679 027,70
Variacão nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(111 114,17)	(147 480,34)
Fornecimentos e serviços externos		(247 171,63)	(222 794,70)
Gastos com o pessoal		(849 629,33)	(847 891,72)
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões Específicas (perdas/reversões)			
Outras Imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		5 651,14	1 013,44
Outros rendimentos e ganhos		859,77	10,05
Outros gastos e perdas		(3 550,98)	(4 951,43)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(288 174,37)	35 143,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(72 081,43)	(66 665,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(360 255,80)	(31 521,83)
Juros e rendimentos similares obtidos		2 469,83	3 566,28
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(357 785,97)	(27 955,55)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(357 785,97)	(27 955,55)

A Direcção

O Contabilista Certificado

1. Identificação da entidade

1.1 — Denominação da Entidade:

A Creche Sempre em Flor

Nif 501311823

1.2 — Lugar da Sede Social:

Rua da Lagoa Marinha, nº 15

2725-355 Mem Martins

1.3 — Natureza da atividade:

Instituição sem fins lucrativos (IPSS) no âmbito de Creche, Jardim de Infância e A.T.L

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no

período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2016 são comparáveis às do exercício de 2015.

Decorrentes da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas estimativas Contabilísticas e Erros

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios concedidos pelo governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as valências de Creche, Jardim Infância e A.T.L.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores.

4. Activos fixos tangíveis

4.1 — Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos Fixos Tangíveis	Vida Útil Estimada (anos)
Edifícios e outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	7 a 20
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outros Activos Fixos Tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Classe Activos \ Val. Apurados		Terrenos Recursos Nat.	Edif. Out. Const.	Equip. Básico	Eq. Transp.	Equip. Adm.	Outros AFT
Início Período	Valor bruto escriturado	34 915,85	587 514,30	129 471,30	110 127,09	51 311,08	44 759,97
	Amort.Acum.+ Perdas Impar.		(193 157,50)	(100 812,50)	(74 502,09)	(50 952,58)	(34 214,47)
Período	Aquisições		4 953,10	25 506,12			
	Alienações						
	Activos detidos p/ Venda						
	Amortização do período		(43 797,22)	(10 900,18)	(11 875,00)	(179,25)	(5 329,78)
	Perdas por imparidade						
	Outras alterações						
Fim Período	Valor bruto escriturado	34 915,85	592 467,40	154 977,42	110 127,09	51 311,08	44 759,97
	Amort.Acum.+ Perdas Impar.		(236 954,72)	(111 712,68)	(86 377,09)	(51 131,83)	(39 544,25)

4.2.Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. Activos intangíveis

5.1 Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. Inventários

6.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

6.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Rubricas	2016			2015		
	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total	Mercadorias	MP, Subsid. Cons.	Total
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	111 373,43	111 373,43	0,00	147 480,34	147 480,34
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CMVMC	0,00	111 373,43	111 373,43	0,00	147 480,34	147 480,34

7. Rédito

7.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo

7.2 Quantia e natureza dos rendimentos isolados

Rubricas	2016	2015	Varição
Vendas de bens	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	601 655,79	577 574,25	24 081,54
Subsidio CRSS	301 579,04	619 315,92	-317 736,88
Subsidio Investimento	0,00	0,00	0,00
Outros	12 910,00	2 450,00	10 460,00
Total	916 144,83	1 199 340,17	-283 195,34

8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

8.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Sem movimento

8.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Sem movimento.

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

9.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

9.2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

9.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social (protocolos)

10. Instrumentos financeiros**10.1 — Base de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.**

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

10.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**

- a) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- b) Outros créditos;
- c) Fundos subscritos e não realizados;
- d) Diferimentos.

Não se verificam situações desta natureza

10.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;

- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

10.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

10.4.1 Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Sem movimento

10.4.2 Financiamentos obtidos

Sem movimento

10.4.3 Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

10.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Desagregação dos valores de caixa e depósitos bancários

Rubrica	2016	2015
Caixa	366,47	591,74
Depósitos à ordem	373 799,76	235 066,58
Outros depósitos bancários	0,00	500 000,00

11. Benefícios dos empregados

11.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período de 2016 foi de 52

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubricas	2016	2015
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações	0,00	0,00
Prémios/gratificações	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	824 362,52	836 374,01
Remunerações	663 870,93	675 963,25
Prémios/gratificações	11 646,00	6 996,45
Encargos Sociais	148 845,59	153 414,31
Seguros	14 115,70	8 583,19
Outros Gastos	9 809,47	2 916,15
Total	848 287,69	847 873,35

12. Acontecimentos após a data do Balanço

12.1 — Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13. Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras divulgações

Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	2016	2015
Retenção de Impostos Sobre Rendimento	17 047,03	12 712,48
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	645,50	645,50
IVA - Reembolsos Pedidos	645,50	645,50
Contribuições para a Segurança Social	29 875,21	31 199,57
Fundo de Compensação	-112,48	-49,32
Total	46 164,26	43 217,23

Outros Gastos e Rendimentos

14.1.3 – Outros gastos e perdas / Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos e perdas* e *Outros rendimentos e ganhos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	2016		2015	
	Rend. ganhos	Gastos perdas	Rend. ganhos	Gastos perdas
Impostos	0,00	1 736,99	0,00	1 886,22
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Donativos	0,00	1 120,00	57 261,78	0,00
Quotizações	636,00	132,00	636,00	1 464,00
Multas e penalidades	0,00	561,99	0,00	1 601,21
Total	636,00	3 550,98	57 897,78	4 951,43

14.1.4 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e serviços externos* apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	2016	2015
Trabalhos especializados	28 809,99	11 773,83
Energia e Fluidos	28 068,99	23 655,96
Material de Escritório	3 449,48	15 795,47
Conservação e Reparação	38 898,28	36 203,73
Outros fornecimentos e serviços externos	147 944,89	135 365,71
Total	247 171,63	222 794,70

AGRADECIMENTOS,

A Direcção da Instituição IPSS, aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Mem Martins, 22 de Dezembro de 2017